

PREAMBULO DUMA AFRICA NOVA

Fossem quais fossem os resultados da Conferencia de Addis Abeba, ela teria o direito de ficar gravada na História como o acontecimento mais importante da África moderna e contemporânea. Mas é bom e prometedor que tais resultados tenham sido positivos.

A Carta de Addis Abeba é, na verdade, a primeira tentativa séria, colectiva e unânime para pôr fim à anarquia em que tem vivido o continente, e que tem sido uma constante no conjunto dos factores favoráveis à ambição imperialista de dominação económica e política das povos africanos. A Carta da O.U.A. representa ou anuncia uma tomada geral de consciência relativa a esta realidade: o facto colonial, em todas as suas variantes, não depende das intenções das partes em presença - em conflito -, é uma função dumha relação de forças e depende, portanto, em ultima análise, das características internas - económicas e políticas - de cada uma dessas partes, consideradas simultaneamente na sua diversidade e unidade.

A grande lição a tirar da Conferencia de Addis Abeba - de tudo quanto nela se disse e se fez - é, a nesse ver, esta verdade bem simples: o destino de África depende das próprias povos africanos, quer dizer, dos Estados que eles sauberem edificar ou consentir.

Por exemplo: a Conferencia revelou - e os factos estão a confirmá-la - que os povos africanos já foram capazes de criar Estados inimigos do colonialismo clássico e da discriminação racial praticada pelo europeu ou por descendentes de europeus. As decisões firmes tomadas contra os colonialismos português e britânico, contra o apartheid, e, ainda, as próprias referências à discriminação racial nos E.U., o confirmam. Quer dizer: todos os Estados africanos actuais são, potencialmente ou realmente, inimigos do sistema ou sistemas económicos que fecundaram o colonialismo e nutrem ainda o colonialismo clássico e a discriminação racial. Comprometeram-se, em Addis Abeba, a combater e a destruir em África, se necessário pela força, estes dois obstáculos imediatos ao progresso dos povos Africanos.

No quadro desse compromisso, os povos africanos sem Estado - os ainda dominados pelo jugo colonial ou racista - têm motivos bastante para estarem satisfeitos e para considerarem a Conferencia como uma grande vitória. Mas os dirigentes nacionalistas que exprimiram em Addis Abeba as aspirações desses povos à liberdade, à independência nacional e ao progresso, não podem nem devem perder de vista esta verdade: a libertação dos seus países tem de ser obra dos seus próprios povos. Esta é a responsabilidade e a tarefa que lhes cabe no contexto histórico actual do nosso continente.

É no entanto evidente que a realização prática das medidas de descolonização promulgadas em Addis Abeba facilitaria grandemente o cumprimento dessa tarefa, abreviaria a libertação total do continente, economizaria energias, principalmente vidas humanas, reforçaria significativamente a unidade e a solidariedade entre os Estados africanos.
.../...

Seria descabido insistir sobre o facto de que a eficácia dessas medidas depende da situação concreta em cada país a libertar, do dinamismo interno da sua revolução nacional, assim como a eficácia da unanimidade conquistada em Addis Abeba dependerá, em cada instante, da balança dos elementos positivos e negativos que se definem ou venham a definir-se nas relações entre os Estados africanos. Por outro lado, é de admitir que tais relações não deixarão de ser influenciadas pelo dinamismo interno de cada nação, pela situação concreta - económica, política e social - do seu povo e pela natureza do seu Estado.

É bom e prometedor constatar que os Estados africanos actuais aceitam, unanimemente, o princípio da necessidade urgente de progresso e bem-estar económico e social dos povos africanos, sobre a base da utilização racional dos recursos naturais e humanos da África, no serviço desse progresso e bem-estar. Não faltará quem considera o Preambulo da Carta de Addis Abeba como um compromisso, nessa matéria. Nessa base, pode afirmar-se que os Chefes de Estado que o subscreveram, exprimiram as aspirações legítimas dos seus povos.

Davante, para além da descolonização e da liquidação da discriminação racial, da colaboração fraternal e da cooperação entre os Estados do continente, os povos africanos poderão exigir, sobre uma base legal, a realização efectiva do seu progresso e bem-estar, sejam quais forem os obstáculos a vencer. Diante da realidade concreta da luta das massas populares africanas, identificadas ou unidas pelo subdesenvolvimento económico e pelo baixo nível de vida social e cultural, não faltará quem encare a unanimidade conquistada em Addis Abeba e legislada na Carta da OUA, como um meio, um instrumento, mesmo uma nova arma no processo histórico africano, na luta dos Estados do continente. Talvez uma arma de dois gumes, mas uma arma.

Este não é, por certo, o menor das contribuições positivas da Conferência de Addis Abeba para a Revolução Africana.

Mais de 1963.

AMILCAR CABRAL